



Eixo: Educação e Política Social

Acelerando a Educação à Distância: A Pandemia como Catalisador do Neoliberalismo Educacional

Resumo:

Este artigo tem como objetivo examinar criticamente a expansão da Educação à Distância (EaD) no Brasil, especialmente no contexto da pandemia da Covid-19, e sua relação com as políticas neoliberais. Busca-se analisar se a EaD, apresentada como uma estratégia de democratização da educação, efetivamente atende a esse objetivo ou se perpetua desigualdades e limitações impostas pela mercantilização do ensino. Assim pretende-se investigar o papel do Estado na garantia do direito à educação em meio à lógica mercantilista e neoliberal, bem como avaliar como o neoliberalismo molda a formação educacional, promovendo o empreendedorismo e habilidades socioemocionais em detrimento de uma formação crítica e emancipatória. **Palavras-chave:** Educação à Distância (EaD); neoliberalismo; democratização; políticas educacionais

Accelerating Distance Education: The Pandemic as a Catalyst for Educational Neoliberalism.

Abstract:

This article aims to critically examine the expansion of Distance Education (DE) in Brazil, especially in the context of the Covid-19 pandemic, and its relationship with neoliberal policies. It seeks to analyze whether DE, presented as a strategy for democratizing education, effectively meets this goal or perpetuates inequalities and limitations imposed by the commodification of teaching. Thus, it intends to investigate the Role of the State in guaranteeing the right to education amidst the mercantilist and neoliberal logic, as well as to assess how neoliberalism shapes educational formation, promoting entrepreneurship and socio-emotional skills at the expense of a critical and emancipatory education.

Keywords: Distance Education (DE); neoliberalism; democratization; educational policies

Introdução

De acordo com David Harvey, intelectual contemporâneo das ciências humanas, o neoliberalismo não é apenas uma forma econômica, mas uma forma moral da organização da sociedade ocidental. Para o autor, o neoliberalismo não é apenas uma formatação econômica. O autor argumenta que não há possibilidade de um pensamento tornar-se dominante sem ostentar um construto que ordene valores e desejos, pois estes ajudam a construir as possibilidades do mundo social ao qual vivemos (HARVEY, 2008, p. 17). Isso significa dizer que o neoliberalismo não é apenas um modelo econômico de desenvolvimento capitalista, mas também uma estrutura de valores persuasivos e sedutores à imaginação social. Valores como liberdade individual e dignidade humana contemplam a expectativa política de um universo expandido.

Assim, este artigo pretende analisar esta conjugação particular do capitalismo, destacando a relação entre educação, democracia e neoliberalismo. Isto

porque, esta articulação é importante no debate sobre o papel do Estado no desenvolvimento da Educação enquanto pauta e horizonte político. Ora, se a educação é um direito constitucional e garantida pelo Estado brasileiro (BRASIL, 1988), suas formas de assegurar e ampliar esses direitos deve ser ambicionada. Assim, umas das alternativas de expansão da educação, sobretudo na educação superior, é o Ensino à Distância (EaD)¹.

A pandemia da Covid-19 intensificou os dilemas enfrentados pela sociedade brasileira, revelando a crueza das desigualdades sociais, econômicas e políticas. Assim, a EaD ganha protagonismo inédito. O que era uma modalidade de ensino, vira a única forma de manutenção de vínculos escolares. Mas é importante ratificar que “a Educação à Distância não surgiu no vácuo” (KEEGAN, 1991, p. 11). Isto é, essa modalidade de ensino conta com uma linha histórica longa. Cabe destacar, contudo, que tal delimitação não é tão precisa. Azevedo & Quelhas (2004) defendem que o EAD, compreendido como uma forma de comunicação a distância a fim de transmitir ensinamentos (sejam eles científicos, filosóficos, evangélicos, etc.) se expressa desde a Antiguidade. A evidência desse argumento seriam os escritos de Platão enviados a seus alunos sob a forma de correspondência e as cartas de Voltaire a seus alunos conhecidas como “Cartas Filosóficas” (p.14). Há autores que remontam a invenção da imprensa como uma forma rudimentar de ensino à distância, já no século XV. Para Bastos, Cardoso e Sabbatini (2000),

“...o acesso ao livro, e, portanto, ao saber e ao conhecimento acumulado, passou a não mais pertencer ao professor, dono do raro manuscrito que era lido em voz alta para os alunos nas escolas. O livro possibilitou pela primeira vez o ensino de massa, ou seja, a formação de classes de muitos alunos”

Segundo estes autores, o aparecimento do livro impresso deu início à alfabetização de grandes camadas da população e alavancou na Europa os processos educacionais. Consideram também que os antecedentes da EAD de hoje encontram suas

¹ O termo EAD, muitas vezes é usado como Educação à distância, e outra como sinônimo de Ensino à Distância. Afinal, qual é a diferença? Neste sentido, Landim (1997) estabelece uma distinção entre o uso dos termos “educação” e “ensino”. Segundo o autor, o “Ensino à Distância” se refere às atividades instrucionais ou de treinamento para o desenvolvimento de determinada competência ou habilidade. Já a “Educação à Distância”, contudo, estaria mais ligada a uma prática educativa, relacionada ao processo de ensino-aprendizagem, que objetiva “[...] a aprender a aprender, a saber pensar, criar, inovar, construir conhecimentos, participar ativamente de seu próprio conhecimento” (p.10). Apesar disso, usarei o termo EAD de maneira indistinta, ora como ensino, ora como educação. Neste momento, esta distinção, embora já informada ao leitor, não será importante.

raízes nos cursos por correspondência, iniciados no final do século XVIII e desenvolvidos nos séculos seguintes. Sob esse aspecto, a grande invenção tecnológica foi o sistema de correios, através do qual os protagonistas enviavam materiais (livros, apostilas, cartas) para o desenvolvimento de seus cursos. Influenciados pelo advento dos meios de comunicação de massa, especialmente o rádio, estes experimentos exploraram a utilização de múltiplos meios, chegando às estratégias atuais de ensino à distância. A distinção destes processos é comumente descrita pelo canal de acesso ou, ‘tecnologia’ empregada para a difusão do ensino. Para Keegan (2013), o avanço do EAD só foi possível devido ao desenvolvimento da tecnologia, muito associada à Revolução Industrial, sobretudo aquelas ligadas aos segmentos de transporte e comunicação.

O que Harvey (2008) argumenta é que a concepção ratificada pelo neoliberalismo estabelece uma correlação entre a liberdade individual e a autorrealização empreendedora, ou seja, uma liberdade amparada por direitos sólidos à propriedade privada e livre-mercado. Assim, os direitos individuais são a base para sustentar ou, justificar, essas as aspirações individuais. O neoliberalismo, como ideologia, influencia diretamente a formação educacional, promovendo uma visão de educação voltada para o mercado. Essa abordagem enfatiza a formação empreendedora e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, alinhando a educação às demandas do capitalismo contemporâneo. No entanto, surge a necessidade de questionar até que ponto essas políticas realmente promovem a democratização da educação e garantem os direitos fundamentais dos cidadãos. Nessa lógica, a função do Estado é promover um aparato institucional que sedia os interesses do mercado. O que Harvey destaca é que o Estado deve garantir, por exemplo, a centralidade e saúde do dinheiro e a sacralidade da propriedade privada, contando inclusive com um aparato militar capaz de protegê-la. Ainda de acordo com ele, o Estado deve também preencher as vacâncias deixadas pelos desinteresses capitalistas, em áreas como saúde, habitação, assistência social e educação. Entretanto, assim que esses mercados se tornam interessantes a participação do Estado minimiza-se pois

[...] de acordo com a teoria o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2008, p. 11).

Ou seja, o imaginário que associa a liberdade individual, a competência administrativa e a realização pessoal por meio do dinheiro compõem a qualidade moral do neoliberalismo. Desse modo, se há o império da competência individualizante, qualquer modelo que não centre o ordenamento público na particularidade será “o caminho para a servidão” (Hayek, 2006). Assim, a modelagem liberal se apresenta enquanto uma forma de agir e pensar política e culturalmente a realidade nacional.

O que se pretende apontar é que, conforme apontado por Foucault (2008a), no debate acerca do capital humano (Becker, apud Foucault 2008a), observa-se a educação numa categoria múltipla e mais complexa do que a formação meramente escolar. Nessa interpretação, a educação é compreendida a partir da sua relação de afeto com a família e com a mãe. Isso passa a ser calculado como prioridade do desenvolvimento do mercado. Deixa-se de pensar no desenvolvimento quantitativo para focar no desenvolvimento qualitativo da população. O modelo neoliberal altera a maneira como o trabalho é compreendido e se compreende. Desse ponto, a sociedade é observada também a partir das micro relações estabelecidas. De acordo com Migowski,

Ora, o salário é uma remuneração por uma determinada função exercida, mas que é medido pelo conjunto de habilidades físicas e psíquicas que um empregado adquire ao longo da sua existência, que o possibilita a exercer determinada função e a ganhar um determinado salário. Portanto, a renda do trabalhador não é somente o salário que ele ganha, mas diz respeito à sua capacidade de investimento em si mesmo, para que possa exercer determinadas funções futuras. (MIGOWSKI, 2015, p.10)

O indivíduo percebe-se e é percebido enquanto autor de si mesmo e deste modo aproveita-se da requisição de se autoconstruir a fim de atender as requisições simbólicas da sociedade empresarial de concorrência. Assim,

“(...) ao invés de compreender o liberalismo e o neoliberalismo como ideologias de sustentação e justificação do capitalismo e do capitalismo avançado (respectivamente), é mais produtivo compreendê-los como modo de vida, como ethos, como maneira de estar no mundo”. (VEIGA-NETO, 2011, p. 38)

Mas sem negar os efeitos do neoliberalismo contemporâneo, é preciso compreender não apenas se as políticas educacionais são ocupadas por essa racionalidade

neoliberal, mas há de se perguntar se toda e qualquer expressão da educação é exclusivamente neoliberal. Por isso interessa localizar esse debate justamente nas políticas de educação, mormente a educação à distância.

No campo da educação é possível observar alguns exemplos práticos de como o Estado, garantidor da educação, conduz esse direito. No capitalismo contemporâneo, propriamente neoliberal, essa configuração cumpriu a sua missão privatizadora. Chamamos a atenção para os diferentes e complexos arranjos onde a hegemonia empresarial consegue avançar. É na oferta de cursos de formação e professores, interlocução com as universidades (públicas, inclusive) e nos serviços sociais que ela produz significado e assimilação mesmo nos campos à esquerda.

Catini (2021) argumenta que essas empresas² produzem dados sobre a educação e as juventudes – cujas respostas são curiosamente alinhadas com as ambições do capital – como se esses jovens e seus anseios existissem atomizados no mundo e o esforço de influência sistematicamente empregado jamais tivesse surtido efeito. E, claro, esta cartela de anseios e interesse da juventude deve ser respondida pelas empresas educacionais. E, para isso, a solução mais razoável é aproximar ainda mais os bancos e as grandes empresas capitalistas à educação formal. Para citar exemplos o Itaú e o Instituto Unibanco são idealizadores de reformas educacionais e estão comprometidos com os regimes de valores suscitados pelas alterações nesse campo. O que se objetiva, no fundo, é “uma educação que induz à performance, cobra atitude e subserviência ao mesmo tempo, numa educação profissional para uma submissão proativa ao capital” (Catini, 2021, p. 107). Mas é importante lembrar que os projetos sustentados por essas organizações gozam de isenções fiscais significativas. Isso quer dizer que, na prática, há investimento público nessas caridades privadas. Nesse sentido, privados são apenas os interesses dessas instituições, não tanto os recursos. Pois a educação assume historicamente o papel de produção e reprodução da força de trabalho, assegurando a obediência dos trabalhadores e o controle social das elites. Mas essa subordinação é incorporada e valorizada não apenas pelos espaços formativos, mas está assimilada como modo de vida particular. As organizações sociais privadas, desde associações, aos institutos e fundos patrimoniais, movimentam o capital na busca por valor. Assim, o

² Na verdade, think tanks como Itaú, Unibanco, Fundação Lemann e organizações desse tipo que produzem dados e pesquisas sobre educação.

trabalho educativo é sequestrado por esses regimes de significados e consegue moldar a produção da força de trabalho através da educação.

Se a lógica da produção é capaz de formatar os processos de dinâmica social, histórica, econômica etc., a forma como o capitalismo adentra o espaço educativo é importante. A educação superior no Brasil, historicamente marcada por exclusões, passou por uma significativa expansão nas últimas décadas. Políticas públicas ampliaram o acesso ao ensino superior e, no entanto, essa expansão está inserida em um contexto em que a educação se configura como uma mercadoria. E enquanto tal, tem se assujeitado de maneira notável às dinâmicas de mercado e valorizada principalmente por seu papel no desenvolvimento econômico.

Assim, nem mesmo a pandemia pôde frear o ‘direito à educação’. E para isso, a educação remota durante a pandemia e, mesmo nos conteúdos à distância, é possível observar a crescente tentativa de tornar a atividade educativa cada vez mais similar ao entretenimento, com gamificação, storytelling, conteúdos simplificados em vídeos curtos (para não perder o foco do aluno), professores youtubers e todo o conjunto de “novas estratégias pedagógicas” revelam esse novo caráter da educação como entretenimento e os alunos como audiência. Ademais, entre as ambições empresariais na educação é possível também destacar o controle psicológico e comportamental dos jovens a partir de exercícios práticos de “resiliência emocional”, “autogestão” e coisas desse tipo.

A expansão da Educação à Distância (EaD) no Brasil foi impulsionada tanto por iniciativas institucionais quanto pelo setor privado. A predominância do ensino superior privado no país, destacada por dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), evidencia o papel significativo das instituições privadas na expansão da EaD. O crescimento exponencial dessa modalidade entre os anos 2000 e 2008 reflete a rápida adaptação do Estado às demandas por acesso à educação, conforme delineado pela Política Nacional de Educação (PNE) de 2001 a 2010. Nesse contexto, o Estado emerge como um agente eficaz na disseminação da EaD, transformando-a de experiências pontuais para uma forma de ensino superior de alcance massivo, cujo impacto transcende as fronteiras educacionais e se reflete em toda a sociedade. Esta expansão não apenas antecede os eventos recentes de 2020, mas também evidenciou a necessidade de compreender profundamente os fatores que impulsionam

esse processo, sinalizando para um futuro em que a EaD continuará a desempenhar um papel crucial no cenário educacional brasileiro.

A ampliação desse segmento impactou a educação superior como um todo. Entre 2002 e 2012, foi possível observar que a taxa de crescimento das IES agora credenciadas para a oferta do ensino à distância, de 644%. Isto é, em 2002 eram 25 instituições credenciadas, e 161 instituições, em 2013. Entre estas, as IES públicas cresceram 506%, entre 2002 e 2013, e, entre as privadas, foi possível observar uma taxa de crescimento ainda superior, chegando a uma taxa de 888%. No momento que o Estado brasileiro acolhe, dentro da agenda política o compromisso com a ampliação do acesso à educação por meio da educação a distância, observamos um aumento exponencial dessa oferta.

Nesse sentido, é possível dizer que o Estado deve ser entendido como um competente agente de expansão dessa modalidade. Se antes as experiências do ensino à distância eram pontuais e irregulares, a partir dos anos 2000 e, principalmente, consideradas as estratégias descritas a partir da PNE 2001- 2010, o EAD toma uma forma inédita de multiplicação rápida do número de alunos no ensino superior, de forma jamais vista.

Num contexto de pandemia mundial, quando não há possibilidade de aglomerações, pode parecer pouco razoável “acusar” de neoliberal a iniciativa de governos locais/regionais ou federal de usar tecnologias já disponíveis a fim de garantir um direito fundamental à educação. Dessa forma, o debate sobre políticas sociais e democracia, aqui brevemente apresentados, pode ser importante para que se entenda a educação a distância (EaD) como uma estratégia de expressão desse debate. O contexto da pandemia e os caminhos produzidos pela crise podem ser capazes de potencializar e reorganizar as conclusões já feitas a respeito do tema. É fato notório e documentado que o distanciamento de alguns serviços públicos, sobretudo a suspensão das aulas presenciais - na educação pública e privada - provocou um grande impacto nas pessoas cuja principal ocupação era frequentar a escola. Não há como dissociar a atual dinâmica da EaD fora do contexto social e econômico que antecederam a crise em si.

Isto é, a evolução complexa da pandemia influenciou diretamente a educação, com escolas e universidades sendo fechadas para conter a propagação do vírus. O ensino à distância tornou-se a norma em muitas partes do mundo, apresentando

desafios significativos para alunos, professores e famílias. No Brasil, a transição para o ensino remoto destacou as disparidades existentes no acesso à educação, com muitos alunos enfrentando dificuldades devido à falta de infraestrutura tecnológica adequada. Além disso, a interrupção das aulas presenciais teve um impacto no aprendizado, com estudantes enfrentando dificuldades para acompanhar o currículo escolar e manter o engajamento acadêmico. Mas as consequências da pandemia na educação são multifacetadas e continuarão a ser sentidas a longo prazo. Além dos desafios imediatos relacionados ao ensino remoto e à perda de aprendizado, há preocupações sobre o bem-estar emocional e social dos alunos, bem como sobre as consequências econômicas para o setor educacional. Contudo, as iniciativas voltadas para remédios econômicos, e retomada do ensino e das mensalidades foram céleres, enquanto as iniciativas de acompanhamento psicossocial de jovens estudantes, não receberam a mesma prioridade.

Diante da pandemia de COVID-19, o Ministério da Educação (MEC) autorizou a substituição das aulas presenciais pelo modelo remoto para as instituições de ensino superior e, posteriormente, estendeu essa autorização para a educação básica. As prorrogações foram necessárias devido à persistência da crise sanitária, e a permissão para o ensino à distância foi entendida, na época, até 31 de dezembro de 2020. Essa mudança abrupta no modelo educacional teve consequências significativas, particularmente no que diz respeito às desigualdades entre escolas públicas e privadas. Uma pesquisa encomendada pelo Senado Federal (2021) aponta que enquanto cerca de 70,9% das escolas privadas permaneceram fechadas durante o ano letivo de 2020, o número foi muito maior na rede pública, com 98,4% das escolas federais, 97,5% das municipais e 85,9% das estaduais permanecendo fechadas. Essa discrepância refletiu não apenas as disparidades socioeconômicas entre os alunos, mas de acordo com pesquisa realizada pelo INEP, tais mudanças tiveram um impacto significativo no aprendizado dos alunos, indicando que o ensino remoto resultou em uma redução substancial na absorção do conteúdo, especialmente em disciplinas como matemática e língua portuguesa. Isto é, a adoção do ensino remoto não foi capaz de garantir o desempenho educacional e o adequado processo pedagógico. Evidente que essa pesquisa se refere à educação escolar em um contexto de grave atipicidade. Mas a marcação desse ponto é importante para que se tenha atenção sobre os resultados dessa modalidade.

Já à época, o próprio presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e Secretário de Educação do Espírito Santo, Vitor de Ângelo, destacou que essa realidade não apenas aumentava os déficits educacionais, mas também aprofundava as desigualdades, tanto entre as redes pública e privada quanto dentro das próprias redes públicas, especialmente em diferentes regiões do Brasil. Isto é, os efeitos da pandemia na educação ratificaram de maneira indubitável as desigualdades estruturais do sistema escolar.

O uso das tecnologias na educação tem sido frequentemente justificado sob um apelo ideológico de "modernização". Essa abordagem promete resolver uma variedade de problemas, desde questões simples como distância espacial e disponibilidade de horários para estudo, até desafios mais complexos relacionados à interatividade e à subjetividade dos estudantes das novas gerações. A pandemia de COVID-19 tem reforçado a percepção superficial de que a intensificação tecnológica sempre ocorre de maneira positiva e unidirecional.

A tentativa de legitimar o ensino remoto como inevitável baseia-se na urgência provocada pela pandemia, mas essa não é a única dimensão temporal relevante nesse debate. É essencial considerar também o contexto histórico da expansão capitalista. Como Marx enfatizou em "O Capital" (1889), é na grande indústria que o trabalho humano se torna subjugado ao produto de seu próprio trabalho, agindo como uma força da natureza.

Essa dinâmica, descrita por Marx no capítulo sobre "Maquinaria e Grande Indústria", revela um elemento fundamental no desenvolvimento científico e tecnológico dentro do sistema capitalista: a oposição entre trabalho vivo e trabalho morto. Minto e Galzerano (2021) também apontam que com a introdução da maquinaria, essa antítese atinge seu ápice, destacando a alienação das condições de trabalho e dos produtos do trabalho em relação ao trabalhador.

Ao discutir a substituição tecnológica no campo educacional, é crucial examinar o fetichismo associado às chamadas "novas tecnologias". Esse fenômeno afeta especialmente o trabalho dos educadores, que passam a enxergar o trabalho materializado nas ferramentas tecnológicas como uma força natural, contribuindo para a modernização do ensino e da formação das novas gerações.

Nesse contexto, as tecnologias empregadas cada vez mais nos processos educacionais devem ser contextualizadas dentro de sua produção e existência histórica e material. Elas representam formas condensadas de atividades humanas anteriores, moldadas por forças determinadas, mas que, ideologicamente, parecem ser recursos disponíveis de forma livre, apenas auxiliando na realização de objetivos educacionais.

Essa representação distorcida oculta a dinâmica da produção de mercadorias e da acumulação capitalista, evidenciando o poder da ideologia que as envolve. Por isso, é fundamental reconhecer essa outra temporalidade, oculta na disputa pelo ensino remoto durante a pandemia. O problema da educação no contexto da COVID-19 requer uma análise crítica das mudanças no processo de trabalho contemporâneo, desvelando as concepções que obscurecem sua verdadeira natureza histórica.

Conforme destacado por Antunes em "O Privilégio da Servidão", o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) foi interpretado por muitos como o início de uma nova era de felicidade, na qual o trabalho online e digital seria libertador. No entanto, isso reflete apenas a perspectiva do capital global, que busca constantemente novos meios de exploração e acumulação.

Além disso, é aqui importante também reconhecer o papel fundamental dos professores nesse processo de recuperação e adaptação. Eles enfrentam desafios significativos ao se adaptarem ao ensino remoto e agora estão diante do desafio de ajudar os alunos a recuperarem o tempo perdido e superar as dificuldades causadas pela pandemia. Estudos recentes, como os de Venco (2019) e Silva (2019), têm revelado que o uso de plataformas e aplicativos como ferramentas de mediação tem contribuído para a crescente precarização do trabalho docente, uma realidade já presente em redes públicas de ensino do país. Essa mudança gradual tem nivelado o trabalho docente a outras formas de trabalho que estão cada vez mais desprovidas de garantias e direitos. Além disso, essas plataformas têm modificado o conteúdo do trabalho para se adequar às demandas da chamada 'modernidade', resultando na fusão entre o tempo de trabalho e o tempo de vida, na perda de especificidade da função docente, exigindo disponibilidade constante para atender às demandas emergentes, e na necessidade de que os próprios professores arquem com os custos das condições de trabalho, utilizando os poucos rendimentos que recebem, entre outros desafios.

Nessa perspectiva, o trabalho educativo não está imune a essa tendência generalizada de degradação que caracteriza o trabalho no capitalismo contemporâneo. Há evidências significativas de que, mesmo sendo uma atividade predominantemente intelectual, sob certas formas de organização, os trabalhadores da área estão cada vez mais sujeitos aos processos de precarização e simplificação. Esses processos têm como um dos seus fundamentos a desvalorização do trabalho.

Em uma configuração sócio-histórica em que parcelas crescentes da atividade educacional têm sido subordinadas à condição de atividades mercantis, a defesa do caráter essencial da educação se mistura, inevitavelmente, com a defesa de um negócio que interessa a certas frações de classe. A situação excepcional instalada com a Covid-19, como tem sido fartamente observado, não veio a alterar as linhas gerais das políticas já em funcionamento para o campo da educação, em alguns casos, até a intensificou, como é a da tendência de privatização. (Minto e Galzerano, 2021)

A interseção entre os argumentos apresentados por Catini (2019) e a análise crítica do ensino remoto durante a pandemia revela uma dinâmica complexa no campo do trabalho docente. Catini ressalta como as novas estratégias educacionais distorcem a essência de uma educação libertadora, subvertendo os princípios de Paulo Freire. Essa distorção é evidenciada na substituição da abordagem "bancária", na qual os alunos são vistos como meros receptores de conhecimento, por uma narrativa repleta de termos como "protagonismo" e "liderança". Essa narrativa, embora apresentada como uma evolução positiva, na verdade serve aos interesses das empresas que buscam expandir seus negócios no campo da educação, muitas vezes sob o disfarce da "responsabilidade social".

Ao mesmo tempo, Minto e Galzerano (2021) apontam o quanto a análise crítica do ensino remoto durante a pandemia destaca a falta de profundidade teórica e crítica no debate educacional. Ao adotar uma abordagem predominantemente tecnocrática, o ensino remoto tende a ocultar as questões estruturais subjacentes ao sistema educacional, como as desigualdades de acesso, a precariedade da infraestrutura escolar e os objetivos formativos. Essas questões, essenciais para uma compreensão completa do cenário educacional, muitas vezes são relegadas a segundo plano em favor de uma narrativa de modernização e progresso tecnológico.

A convergência desses aspectos aponta uma preocupação comum: a instrumentalização do trabalho docente em prol de interesses empresariais e ideológicos. Enquanto as empresas buscam promover uma educação moldada por suas próprias agendas e valores, o debate crítico sobre o ensino remoto destaca a necessidade de uma abordagem mais holística e contextualizada da educação. Isso inclui não apenas considerar as implicações práticas e técnicas do ensino remoto, mas também examinar criticamente suas ramificações sociais, políticas e econômicas.

Isso porque as soluções legislativas trataram os caminhos nessas duas frentes: a) a urgência sobre o retorno às atividades presenciais e b) o acesso dos estudantes à tecnologia. Isto porque o Estado não desempenha uma simples mudança de domínio entre o setor público e privado. Por isso é importante capturar a complexidade dos processos contemporâneos de privatização, que envolvem uma interação intrincada entre Estado, sociedade civil e mercado, cada um influenciado por interesses conflitantes entre o público e o privado. A situação torna-se ainda mais intrincada ao examinar o caso brasileiro, cujo desenvolvimento capitalista é singular, sobretudo no contexto de excepcionalidade sanitária.

Conforme os dados apresentados pelo INEP (2022), quase 90% das instituições de ensino superior no Brasil são privadas. Nesse sentido, o aumento do número de alunos no ensino superior significa um aumento de alunos nessas instituições. A pesquisa mostrou que a rede privada de ensino superior ofertou 96,4% das vagas contra a rede pública, que foi responsável por apenas 3,6% das ofertas em 2021.

Assim, se o avanço da educação privada e lucrativa é capitaneada pelas ações de Estado, parece pouco razoável a compreensão de que a educação pública presencial guarde em si características capazes de se opor frontalmente a esse processo, uma vez que são operadas pelo mesmo Estado. Inclusive porque elas - as universidades públicas - hoje detém um pouco mais de 3% das vagas no ensino superior, e não foi possível mapear qualquer tendência estatística de aumento dessa oferta, sobretudo na educação presencial. Dessa forma, observa-se que ampliação do acesso à educação, na verdade, significou a expansão de novos mercados no campo da educação.

Mas isso é tão mais verdade quando falamos de ensino à distância. Na última pesquisa no INEP, de 2022, 72% dos alunos ingressantes no ensino superior privado optaram por estudar à distância. Nos cursos de licenciatura, esta porcentagem aumenta

para 93,2%. Claro, estamos falando de um aumento extraordinário deflagrado também pela crise pandêmica que se manifestou no Brasil no início de 2020. Contudo, o que se destaca nessa sessão é que o avanço vertiginoso do ensino à distância com a evidente predominância da oferta privada, atende a uma prerrogativa determinada pelo estado brasileiro e não é - apenas - o resultado da pandemia, mas também o seu pressuposto.

Isto é, educação particular à distância já é o modelo vigente de educação superior, mesmo desconsiderada a crise da Pandemia. Ora, já em 2019 a quantidade de alunos ingressantes no EAD supera o quantitativo de alunos que iniciaram a graduação presencial nas instituições privadas. Mas o reforço dessa realidade se assentou de maneira implacável a partir de 2020, onde o aumento do ingresso na educação superior foi realizado exclusivamente pela oferta da EAD. Os dados do INEP apontam que houve um aumento de de quase 25% no número de matrículas no EAD e uma redução de 16,5% nos cursos presenciais.

Considerações finais

Em todo o caso, as informações aqui descritas apontam que a Pandemia da Covid-19 não foi o ponto de mutação sobre o ensino não-presencial. Afinal, as matrículas na modalidade EAD já superaram as matrículas em cursos presenciais em 2019, antes das leis de restrição da convivência, que surgiram no Brasil e, mais especificamente no Espírito Santo, a partir de março de 2020. Contudo, a crise pandêmica adensou esse processo e tornou uma modalidade de ensino, até então alternativa ao ensino presencial, na forma fundamental de manutenção dos vínculos com as instituições escolares. Consideramos esse ponto importante pois aqui vimos como as atividades de educação escolar e universitária se mantiveram, mesmo em condições de grande atipicidade. Quando envelopado por valores tão nobres, como a defesa à educação - seja esta qual for -, é possível garantir a existência e justificar a necessidade e urgência dos serviços escolares, bem como o pagamento o de suas mensalidades. O desenvolvimento capitalista não apenas determina as relações sociais, mas também influencia a adaptação do direito às demandas do mercado. Isso se reflete na privatização neoliberal da educação, onde o Estado muitas vezes atua como agenciador desse processo. Assim, é possível entender que o que é apontado por David Harvey (2008) sobre o papel do Estado na oportunização de mercados e a garantia da sobrevivência deles, não apenas das

práticas econômicas, mas também dos acervos de valores compartilhados. Assim, é possível verificar que a defesa da educação, a despeito de qualquer coisa, tem um papel mais efetivo nas capacidades de ampliar os mercados da educação privada - e aqui a expansão da EaD ganhou centralidade na crise da pandemia -, mas é bem menos competente na função de garantir acesso aos conteúdos educativos, considerando que essa mesma EaD não foi capaz de garantir o avanço educacional no mesmo período, principalmente na educação pública.

Referências

- AGÊNCIA SENADO. Elisa Chagas. **DataSenado: quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante pandemia.** 12/08/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durantedepandemia>. Acesso em: 10 mai. 2024.
- ALONSO, Kátia Morosov. **A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares.** *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/14.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- BRASIL. INEP. **Censo da educação superior: resumo técnico: 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2017, 2018, 2019.** Brasília, INEP. BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. Relatório de Gestão CAPES, 2013. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Contas_Publicas/Relatorio-de-Gestao2013.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.
- BRASIL. Lei n. 13.005 de 25 de Junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União de 26.6.2014 - Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 21 mar. 2024.
- BASTOS, CARDOSO e SABBATINI. **Uma visão geral da educação à distância.** Acesso em <http://www.edumed.net/cursos/edu002>. 2000. GOUVÊA, G.; C. I. OLIVEIRA. Educação a Distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites. 4. ed. Rio de Janeiro: Vieira e Lent. 2006.
- CATINI, Carolina. **Privatização da Educação e Gestão da Barbárie: Crítica da Forma do Direito.** Lado Esquerdo, 2a edição, 2021
- CATINI, Carolina. **A educação bancária, “com um Itaú de vantagens”** in *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v.13, n.1, p.90-118, abr. 2021.
- HOLMBERG, Börje. **The sphere of distance-education theory revisited.** ZIFF Papiere 98, 1995. Disponível em: http://www.eric.ed.gov/ERICDocs/data/ericdocs2/content_storage_01/0000000b/80/2/4f/f3.pdf Acessado em 29 dez. 2023.
- KEEGAN, D. **Foundations of distance education.** 2. ed. Londres: Routledge, 1991.

LANDIM, Cláudia Maria das Mercês Paes Ferreira. **Educação à distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro: s.n.1997.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich August Von. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 2006.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019, 326 p

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal**. São Paulo: Editora Elefante, 2020. 316 páginas.

MARX, K. **O Capital: Livro I, Volume II**. São Paulo, Nova Cultural, 1985

MINTO, Lalo Watanabe e GALZERANO, Luciana Sardenha . **Educação e pandemia: atividade essencial, finalidade supérflua?** ORG & DEMO, Marília, v. 22, n. 2, p. 39-58, Jul./Dez., 2021